



Revista Educação Especial

ISSN: 1808-270X

revistaeducacaoespecial.ufsm@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria

Brasil

Verçosa Silva, Mariana Cesar; Ferreira Meletti, Sílvia Márcia
Avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais especiais no município de
Londrina (PR)
Revista Educação Especial, vol. 25, núm. 44, septiembre-diciembre, 2012, pp. 417-434
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127406005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina (PR)

Mariana Cesar Verçosa Silva*

Silvia Márcia Ferreira Meletti**

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os índices de rendimento escolar e frequência nas avaliações em larga escala dos alunos necessidades educacionais especiais incluídos no sistema regular de ensino no município de Londrina- PR, no ano de 2007. Para tanto, foram utilizados os microdados da Prova Brasil (2007) e Enem (2007) disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. Tal proposta teve como foco a análise dos dados, a partir das variáveis: tipo de necessidade educacional especial, sexo, raça, idade, frequência na prova e desempenho. Os resultados apontam que apesar da implementação das políticas inclusivas, a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas avaliações em larga escala é mínima, o que denota a ideia de ambiguidade entre discurso e prática inclusiva.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala; Inclusão escolar; Necessidades educacionais especiais.

* Mestranda em Educação, na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, Paraná.

** Professora Doutora da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, Paraná.

Large-scale evaluation of students with special educational needs in the city of Londrina (PR)

Abstract

This research aims to analyze the rates of school performance and attendance in large-scale assessments of special educational needs students included in the regular school system in the city of Londrina-PR, in 2007. For this, we used microdata from Brazil Proof (2007) and Enem (2007) provided by the National Institute for Educational Studies and Research Teixeira-INEP. This proposal focuses on the analysis of data from the variables: type of special educational need, sex, race, age, and frequency on the test performance. The results show that despite the implementation of inclusive policies, participation of pupils with special educational needs in large-scale assessments is minimal, which denotes the idea of ambiguity between speech and inclusive practice.

Keywords: Large-Scale Assessment; School inclusion; Special educational needs.

Avaliação em larga escala

O presente estudo tece análises a respeito da política nacional de avaliação no Brasil, que hoje configura-se como dado oficial do poder público, definidor de políticas públicas educacionais e determinante no direcionamento do apoio financeiro, técnico e pedagógico à educação. Para tanto, o texto descreve o sistema atual de avaliação da educação básica: Prova Brasil e Enem, com base no discurso do Governo Federal e posteriormente analisa-se criticamente a dimensão política estatal de avaliação.

Na conjuntura atual, o Estado utiliza o processo nacional de avaliação em larga escala (Prova Brasil, Enem e Enade) como um importante indicador do desempenho cognitivo dos estudantes, isto significa que o Governo considera que o resultado de tais avaliações quantificam e indicam a qualidade do sistema educacional brasileiro.

De acordo com o Ministério da Educação- MEC/ Inep (2012) a Prova Brasil é uma avaliação diagnóstica, em larga escala, utilizada desde 2005, para avaliar o ensino fundamental no país, bem como serve para implementar políticas públicas educacionais e direcionar recursos técnicos, pedagógicos e financeiro. A aplicação da Prova Brasil ocorre a cada dois anos com alunos do sistema público que estão na quarta e oitava série, ou quinto e nono ano do ensino fundamental, a partir de testes padronizados de português (foco: leitura) e matemática (foco: resolução de problemas).

No ano de 2007, a Federação, por intermédio do Ministério da Educação- MEC, instituiu o Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, com o intuito de melhorar a educação brasileira e superar as desigualdades sociais. Um dos instrumentos utilizados pelo PDE, no que diz respeito a desempenho escolar, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, que tem a função de identificar as fragilidades do ensino e caminhar rumo à melhoria da educação no país.

O IDEB é utilizado como forma de monitorar o ensino no país a partir da junção de dois indicadores estatísticos: Censo Escolar, com índices de aprovação, repetência e evasão, e medida de desempenho nas avaliações a partir dos resultados da Prova Brasil (BRASIL, MEC/ INEP, 2012).

Outro modelo de avaliação em larga escala que tratar-se-á neste artigo é o Enem. O Ministério da Educação (MEC), juntamente com o Governo Federal, apresentou no ano de 1998 a proposta de avaliar anualmente o final da escolaridade básica no país, a partir do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Com o objetivo de avaliar competências e habilidades individuais, embasadas em questões interdisciplinares, que explicitem situações cotidianas e uma redação. Atualmente, a avaliação é utilizada por algumas universidades como processo de seleção para o ensino superior (substituindo o vestibular), bem como serve de critério para a distribuição de bolsas integrais e parciais no Programa Universidade para Todos- ProUni (BRASIL, MEC/ INEP, 2012).

Diante do discurso oficial, nota-se que a avaliação sistêmica vem progressivamente destacando-se em nível nacional. A proposta deste modelo avaliativo é mensurar, monitorar a “qualidade” do ensino no país, especialmente o ensino público, bem como, subsidiar na tomada de decisões políticas educacionais e garantir recursos e financiamentos para suprir possíveis “lacunas” nas escolas públicas. Entretanto, cabe evidenciar que são muitas as restrições e críticas tecidas ao Estado avaliador, que trata de forma duvidosa a função social da avaliação.

A prática das avaliações em massa, ditas de larga escala, que avaliam o rendimento escolar brasileiro, acontecem desde a década de 1920, por meio das influências americanas, esta se acentuou, significativamente, durante a ditadura militar e, hodiernamente, existe a influência, ainda, mais acentuada dos parâmetros de “sucesso” internacionais, que servem para orientar as avaliações em larga escala do Brasil (ZANARDINI, 2008). Logo, as práticas das avaliações em larga escala são acentuadas a partir da criação e vigência dos fundos (FUNDEB e FUNDEF).

A postura do Estado brasileiro segue a seguinte ideia: a sociedade e os educadores foram atendidos no que concerne à reivindicação histórica da ampliação de acesso à educação, mas, as escolas, alunos e professores, em contrapartida, devem prestar conta de tal investimento, por meio dos resultados obtidos da avaliação em larga escala.

Observa-se, assim, que depois da Reforma do Estado na década de 1990, viu-se a padronização na adoção de um sistema avaliativo educacional de cunho meritocrático, que aumenta o seu controle social, por meio de tal processo avaliativo, já que utiliza as avaliações em larga escala como parâmetro para o financiamento do setor educacional. “A lógica gerencial lança mão de um arcabouço de avaliações de políticas públicas focadas exclusivamente nos resultados, prestando-se como parâmetros do financiamento em educação”. (ZANARDINI, 2008, p. 30).

O Ministério da Educação afirma que as avaliações em larga escala, voltadas ao Ensino Fundamental e Médio, devem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino brasileiro, redução das desigualdades, além da democratização do ensino público, assim, progressivamente, esse modelo de avaliação padronizou a formulação e implementação das políticas públicas educacionais brasileiras. No entanto, observa-se que somente a avaliação em larga escala não é capaz de promover e fomentar mudanças tão profundas, haja vista que a complexidade no conceito de avaliação no âmbito escolar.

O discurso oficial do poder público revela a ideia de excelência da avaliação sistêmica, bem como levanta a hipótese de que tal instrumento é capaz de transformar a educação. Entretanto, cabe evidenciar que os discursos aparentemente democráticos e legítimos “de melhoria da qualidade”, “acesso efetivo aos conhecimentos escolares”, “apoio técnico, pedagógico e financeiro”, possuem um forte caráter ideológico. Na verdade, a avaliação sistêmica é dotada de ações centralizadoras e antidemocráticas, que naturalizam as desigualdades sociais, por meio da manutenção do controle do Governo sob os sistemas de ensino.

De fato, a avaliação em larga escala vem sendo utilizada como tecnologia (controle, eficiência, eficácia) para produzir informações e prestar contas sobre o sistema educacional: professores, alunos, gestores e escola. Isto significa que, tal tecnologia não passa de um conhecimento aplicado para que as pessoas e escolas se conformem com o sistema social, favorecendo assim, a perpetuação da ideologia (controle e da dominação) que sustenta a avaliação em larga escala. (SASS; MINHOTO, 2011).

Metodologia

O estudo foi desenvolvido por meio da análise de dados estatísticos de avaliação, a partir de indicadores sociais de alunos com necessidades educacionais especiais. Um indicador social é constituído, por meio, de estatísticas públicas (dados censitários, estimativas amostrais, registros administrativos) utilizadas para traduzir de maneira quantitativa um determinado aspecto da realidade social. Atualmente, os indicadores sociais são constantemente utilizados como um recurso metodológico, uma medida quantitativa para o monitoramento e apoio social (JANNUZZI, 2006).

No Brasil, o levantamento dos indicadores sociais de caráter estatístico-educacionais são coordenados e disponibilizados pelo INEP. Os indicadores educacionais são acessíveis a todos e podem ser utilizados via internet, no site do Inep (<http://www.inep.gov.br>). Os microdados referentes a matrícula (Censo Escolar) e rendimento (Prova Brasil e Enem) podem ser baixados, a partir do ícone “microdados para download”, que posteriormente podem ser salvos em dispositivos de memória ou no computador.

Para a coleta dos dados foi necessário agrupar dois tipos de indicadores: matrícula (Censo Escolar) e rendimento escolar (Prova Brasil e Enem), a fim de identificar as variáveis que se repetiam nos microdados do Censo e no questionário das provas, com o objetivo final de responder os questionários pelos alunos e identificar as avaliações daqueles que têm necessidade educacional especial no município de Londrina (PR).

Inicialmente, foi necessário isolar no Softwear SPSS (Statistical Package for the Social Science) as variáveis que constam no Censo Escolar (2007): possui necessidades educacionais especiais, município de Londrina e etapa de ensino: quarta, oitava séries e terceiro ano do ensino médio. Após isolarmos os alunos com tais características, identificamos outras variáveis: sexo, raça, mês de nascimento e idade ou ano de nascimento. De posse desses dados, foi possível fazer o cruzamento com os questionários da Prova Brasil respondidos pelos alunos.

Com relação aos resultados do Enem, foi necessário isolar nos dados do Censo Escolar: dia, mês e ano de nascimento, sexo e raça.

Com as variáveis do Censo Escolar citadas acima, foi possível responder as quatro primeiras questões do questionário de cada aluno com necessidade educacional especial no município de Londrina (PR), tal procedimento possibilitou o acesso aos gabaritos das avaliações, bem como pudemos verificar se estes alunos participaram ou não da aplicação da prova.

É imprescindível evidenciar que houve casos de “duplicidade”, ou seja, que ao respondermos as questões do questionário, chegamos a mais de um aluno com as mesmas características, por exemplo: mesmo sexo, mesma raça, mesmo mês de nascimento e mesma idade. Por isso, optamos por não considerar estes casos e por trabalharmos com uma amostra.

No ano base (2007), o caso de “duplicidade” ocorreu apenas nas avaliações da quarta série, por isto a pesquisa há de ser pautada em uma amostra representativa de 89% do total de alunos com deficiência no município de Londrina (PR) nesta etapa de ensino (quarta série), as outras etapas: oitava série e terceiro ano do ensino médio, que não obtiveram casos de “duplicidade” representarão 100% do alunado.

A partir dos dados coletados, as análises serão tecidas a partir das variáveis: tipo de necessidade educacional especial, sexo, raça, faixa etária, frequência na prova e desempenho.

Resultados

No ano de 2007, o município de Londrina (PR) contemplou um total de 123.417 matrículas, incluindo as três modalidades de ensino (regular, especial e educação de jovens e adultos), destas matrículas 1.915 destinavam-se a alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Diante deste montante, a Tabela 1 irá apresentar quanto destes alunos com NEE encontram-se matriculados nas etapas: 4ª série e 8ª série (Prova Brasil) e 3º ano E.M (Enem).

Tabela 1:

Alunos matriculados no município de Londrina nas 4ª série, 8ª série e 3º ano E.M, segundo modalidade de ensino (regular e especial) e necessidade educacional especial - 2007

Modalidade de ensino	Etapa de ensino			
	Alunos	4ª série	8ª série	3º ano E.M.
Regular	Sem NEE	8 275	7 531	5 813
	Com NEE	72	21	13
	Total	8 347	7 552	5 826
Especial	Com NEE	6	0	0

Fonte: MEC/INEP. Microdados (2007)

No município de Londrina (PR), no ano de 2007 havia na 4ª série 8.353 alunos matriculados nas duas modalidades (regular e especial), em que apenas 6 estavam no ensino especial e 8.347 no ensino regular. Dentre estes alunos, havia 78 com necessidade educacional especial (72 matriculados no ensino regular e 6 no especial). Já na 8ª série havia um total de 7.552 matrículas (todos presentes no sistema regular), destes 21 possuem necessidades educacionais especiais. No ensino médio este número reduz para 5.826 matrículas, também presentes na modalidade regular, com apenas 13 alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no 3º ano do ensino.

A partir dos dados verifica-se que a maior incidência de pessoas com necessidades educacionais especiais encontra-se no ensino fundamental- 4ª série, com 78 matrículas, na sequência vem a 8ª série com 21 matrículas, com redução de 74% das matrículas da 4ª série para a 8ª série. No 3º ano do ensino médio a queda do número de matrículas mostra-se ainda mais acentuada, reduzindo da 4ª série para o 3º ano do ensino médio 84% do número de matrículas e da 8ª série para o 3º ano do ensino médio, com queda de 39%.

Percebe-se assim, que à medida que se avança na escolarização desta população, o número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais reduz drasticamente. Isto nos remete a ideia de que a inclusão não vem garantindo, de fato, a escolarização destes sujeitos, já que a grande maioria dos estudantes não consegue avançar em sua escolarização, mantendo-se matriculados apenas nas séries iniciais do 1º ciclo do ensino fundamental.

Na Tabela 2 serão analisadas as matrículas na rede pública e privada do município de Londrina (PR), nas referidas etapas: 4ª série, 8ª série e 3º ano do ensino médio.

Tabela 2:

Alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no município de Londrina por dependência administrativa - 2007

Dependência Administrativa	Etapa de Ensino		
	4ª série	8ª série	3º ano E.M.
Pública	63	8	13
Privada	15	13	0
Total	78	21	13

Fonte: MEC/INEP. Microdados (2007)

Dos 78 estudantes com NEE's presentes na 4ª série no município que poderiam realizar a Prova Brasil no ano de 2007, 63 encontram-se na rede pública e 15 na privada. Já na 8ª série, 8 estudantes encontram-se na rede pública e 13 na privada. Os dados mostram que a medida que estes alunos avançam em sua escolaridade, os mesmos passam a frequentar mais o ensino privado, do que o público.

Faz-se necessário aqui destacar que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) não divulga os resultados das escolas privadas que realizaram a Prova Brasil (2007), isto significa que não tivemos acesso as variáveis: frequência e desempenho de 19,2 % dos alunos da 4ª série e 61,9% da 8ª série.

Com relação ao 3º ano do ensino médio, todos estão matriculados na rede pública. Contudo, vale destacar que 11 alunos da referida etapa de ensino encontram-se matriculados em uma escola especial exclusiva para surdos, o ILES - Instituto Londrinense de Educação para Surdos, que está classificada no Censo Escolar com escola regular, como dependência administrativa estadual.

A seguir na Tabela 3 será apresentada a distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram a avaliação: Prova Brasil e Enem.

Tabela 3:

Distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais com relação a frequência na prova – 2007

Alunos com NEE	Etapa de Ensino		
	4ª série	8ª série	3º ano E.M.
Com Prova	21	5	10
Sem Prova	48	16	3
Casos de duplicidade	9	0	0
Total	78	21	13

Fonte: MEC/INEP. Microdados (2007).

A partir dos microdados disponibilizados pelo INEP foi possível verificar a frequência dos alunos nas avaliações em larga escala. Com relação a Prova Brasil da 4ª série, de 78 alunos com necessidades educacionais especiais, 48 estão sem prova e 21 com prova, o que corresponde a 26,9% do total de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no município.

Já na Prova Brasil da 8ª série de 21 alunos com NEE, 5 fizeram a prova (23,8%) e 16 estão sem prova. No 3º ano do ensino médio de 13 alunos, 10 realizaram a prova, o que corresponde a 76,9%, sendo destes apenas 3 não fizeram a prova.

A Tabela 4 apresenta a caracterização (tipo de NEE, gênero, raça, idade e desempenho) dos alunos com necessidades educacionais especiais da 4ª série do município de Londrina (PR), que fizeram a Prova Brasil no ano de 2007.

Tabela 4:

Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram prova na 4ª série - 2007

Aluno	Tipo de NEE	Gênero	Raça	Idade	Desempenho	
					Língua Portuguesa	Matemática
1	Deficiência auditiva	M	Branca	10	0	9
2	Baixa visão	M	Branca	10	13	9
3	Superdotação	M	Branca	10	13	16
4	Superdotação	F	Branca	10	18	19
5	TGD	M	Parda	13	8	3
6	Deficiência mental	M	Parda	15	9	9
7	Deficiência física/ deficiência mental	F	Não declarada	15	5	8
8	Deficiências múltiplas	M	Branca	11	8	3
9	TGD	F	Parda	11	15	8
10	Deficiência física	F	Branca	11	14	7
11	Baixa visão	F	Branca	10	12	12
12	Superdotação	F	Parda	10	16	19
13	Deficiência física	M	Branca	10	15	15
14	TGD	M	Preta	10	11	8
15	Surdez	M	Branca	12	11	11
16	TGD	M	Branca	11	9	8
17	TGD	M	Branca	14	9	11
18	Deficiência mental	F	Parda	16	8	8
19	Deficiência física	M	Branca	11	7	14
20	Deficiência mental	M	Indígena	14	sem nota	sem nota
21	Deficiência mental	M	Não declarada	16	5	5

Fonte: MEC/INEP. Microdados (2007)

Devido aos casos de duplicidade que obtivemos nos dados referentes as avaliações da Prova Brasil na 4ª séries no ano de 2007, ao invés de considerarmos os 78 alunos com NEE da referida etapa no município de Londrina como 100% do alunado, descartaremos os casos de duplicidade, que são 9 e consideraremos apenas a amostra de 69 alunos.

Isto significa que de um total amostral de 69 alunos na 4ª séries, apenas 21 alunos com necessidades educacionais especiais que realizaram a Prova Brasil no ano de 2007, o que representa 30,4%. Destes 21 alunos que realizaram a prova não foi possível notar uma incidência significativa de uma necessidade educacional especial em detrimento de outra, mesmo havendo um maior número de alunos com transtornos globais do desenvolvimento-TGD (5 de 21 alunos), os alunos que fizeram a avaliação apresentam condições variadas, tais como: deficiência auditiva, surdez, deficiências múltiplas e deficiências associadas, baixa visão, superdotação, deficiência física, deficiência mental e transtornos globais do desenvolvimento.

Ao analisar o gênero verifica-se a discrepância, os alunos do sexo masculino representam quase 70% do total de alunos que realizaram a prova na referida etapa de ensino, enquanto o sexo feminino representa apenas 33%.

Os dados mostram que a raça branca predominou com mais de 50% do total de alunos que realizaram a Prova Brasil, de 21 alunos que fizeram a prova 12 declaram-se com a raça branca. Já se fizermos a junção da raça preta e parda obtemos a segunda maior incidência, com 29% do total. Na sequência temos 9% desta população que não declararam a raça e apenas 5% declara-se como indígena.

Já com relação a idade, vale ressaltar que a idade regular da 4ª série é de 10 anos, a partir dos dados apresentados apenas 8 destes 21 alunos que realizaram a prova encontram-se nesta faixa etária. Ao cotejarmos a idade destes estudantes com suas referidas NEE's, verifica-se que estes sujeitos não apresentam necessariamente comprometimento intelectual, tendo em vista que apresentam as seguintes necessidades educacionais especiais: deficiência auditiva, baixa visão, superdotação, transtornos globais do desenvolvimento e deficiência física.

Deste montante 5 alunos encontram-se com defasagem de 1 ano idade-série, ou seja encontram-se matriculados na referida etapa de ensino com 11 anos de idade. Tais alunos apresentam as seguintes NEE's: deficiências múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento, deficiência física. Destes 21 alunos que realizaram a prova, 1 deles possui 12 anos, com defasagem de 2 anos idade-série, com surdez. Já com defasagem de 3

anos, verifica-se 1 aluno com transtorno global do desenvolvimento e ainda dentro deste montante, 2 estudantes encontram-se com 14 anos de idade, apresentando TGD e deficiência mental.

Ainda analisando os dados apresentados na Tabela 4, verifica-se que 4 destes alunos, encontram-se em idade escolar referente ao ensino médio. Estes sujeitos com 15 e 16 anos que encontram-se na 4ª série apresentam deficiência mental e deficiência física/ deficiência mental, verifica-se assim, que estes alunos que possuem comprometimento intelectual não chegaram a ultrapassar a 4ª série do Ensino Fundamental.

Desse modo, de acordo com a descrição das idades e deficiências, nota-se que a medida que a defasagem idade-série é apresentada, as deficiências são aquelas que podem trazer maiores prejuízos cognitivos ao sujeito, bem como conclui-se que os estudantes que possuem NEE's que não apresentam necessariamente comprometimento intelectual encontram-se em idade regular para a série.

O desempenho destes estudantes na avaliação em larga escala-Prova Brasil, se dá, por meio de provas de língua portuguesa e matemática. No ano de 2007, os alunos da 4ª série responderam: 22 questões de língua portuguesa e 22 questões de matemática.

Para analisar estes dados agruparemos os alunos por tipo de deficiência. O primeiro caso a ser analisado será de dois alunos, um com deficiência auditiva e outro com surdez. O aluno com deficiência auditiva apresentou desempenho abaixo da média em ambas as provas, entretanto, o que chamou mais a atenção foi que o mesmo zerou a prova de língua portuguesa, já o aluno com surdez acertou 50% em ambas as provas.

Os dois alunos com baixa-visão apresentaram notas acima da média em língua portuguesa, já em matemática um realizou 54,5% da prova e o outro acertou 40,9%. Os três alunos com superdotação que fizeram a prova apresentaram notas superiores a 59% na prova de língua portuguesa e todos realizaram mais do que 72,7% na prova de matemática.

Dos 5 alunos com TGD, 3 obtiveram nota abaixo da média em língua portuguesa e 4 em matemática. Já os alunos com deficiência física, 2 tiraram nota acima de 63,6% em língua portuguesa e 1 tirou nota inferior a 50%, com relação a matemática 2 fizeram mais do que 14 questões na prova (63,6%) e 1 fez 7 questões (31,8%).

Ao agrupar os alunos com deficiências múltiplas e o aluno com deficiência física e mental, nota-se que ambos obtiveram baixo rendimento em ambas as provas, sendo a menos nota em língua portuguesa 5, o que corresponde a 22,7% da prova, e em matemática a menor nota foi 3, o que corresponde a 13,6% da prova.

Quando analisamos os 4 alunos com deficiência mental, verifica-se que 1 destes alunos está sem nota em ambas as provas. Vale ressaltar, que não temos informações suficientes para explicar tal ocorrência, já que este aluno está cadastrado como um aluno que fez a prova, mas encontra-se sem nota, por algum motivo. Com relação aos demais alunos com deficiência mental que realizaram a prova, todos obtiveram baixo desempenho em ambas as provas, isso significa que nenhum destes alunos ultrapassou a média de 50% nas provas de língua portuguesa e matemática.

Com relação a análise do desempenho cabe evidenciar, que não concordamos com este tipo de avaliação, tendo em vista que modelo avaliativo não é capaz de representar a real aprendizagem do aluno. Existem inúmeras variáveis que podem influenciar na nota da prova, como: nervosismo, ausência de adaptações necessárias, inconsistência nas questões, doença e entre outros fatores, que podem interferir na nota da prova.

Desse modo, vale ressaltar que o foco da presente pesquisa não é rotular estes alunos com NEE's, com "chavões" como: alunos com deficiência mental não aprendem; alunos com deficiência auditiva não aprendem a língua portuguesa; ou de alunos com superdotação são alunos brilhantes, alunos nota "10".

Os dados referentes ao desempenho destes estudantes não nos permitem avaliar, o que de fato, estes alunos sabem ou não, o que eles aprenderam ou não na escola; desse modo não concordamos com a ideia de que esse tipo de avaliação seja um meio viável para verificar a qualidade da educação brasileira.

A tabela 5 a seguir apresenta a caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram a Prova Brasil- 8ª série, no município de Londrina (PR), no ano de 2007.

Tabela 5:

Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram a prova na 8ª série – 2007

Aluno	Tipo de NEE	Gênero	Raça	Idade	Desempenho	
					Língua Portuguesa	Matemática
1	Baixa visão	M	Branca	14	12	13
2	Deficiência mental	M	Branca	20	14	5
3	Deficiência física	F	Branca	33	23	17
4	Deficiência física	M	Branca	17	14	9
5	Deficiência mental	M	Branca	17	5	6

Fonte: MEC/INEP. Microdados (2007)

De um total de 21 alunos com NEE no município de Londrina no ano de 2007, apenas 5 realizaram a Prova Brasil. Destes 5, 1 possui baixa visão, 2 possuem deficiência mental e 2 deficiência física.

Com relação ao gênero 38% são do sexo feminino, o corresponde a 8 estudantes e 62% do sexo masculino, o que corresponde a 13 estudantes. Isto significa que a incidência do sexo masculino é maior do que a do feminino.

No que diz respeito à idade destes estudantes que realizaram a Prova Brasil, apenas 1 de 5 alunos encontra-se em idade regular, de 14 anos, este aluno possui baixa visão. Os demais estão com uma defasagem idade-série de até 19 anos, ou seja, encontram-se alunos de até 33 anos na 8ª série no ano de 2007. Vale ressaltar, que estes estudantes não estão matriculados na educação de jovens e adultos, mas sim no sistema público regular do município de Londrina (PR). Destes alunos com grande defasagem idade-série 2 possuem deficiência física e 2 deficiência mental.

O desempenho destes estudantes na avaliação em larga escala-Prova Brasil, se dá, por meio de provas de língua portuguesa e matemática. No ano de 2007, os alunos da 8ª série responderam: 26 questões de língua portuguesa e 26 questões de matemática.

O melhor desempenho foi de um aluno com deficiência física, com 88,4% de acertos em língua portuguesa e 65,3% de acerto em matemática. Já o outro aluno com deficiência física fez mais de 50% da prova de língua portuguesa e obteve desempenho abaixo da média em matemática, 34,6%.

O aluno com baixa visão obteve nota mediana em matemática e nota inferior a média em língua portuguesa, com 46, 1% de acertos. Dos 2 alunos com deficiência mental, 1 obteve nota baixíssima em ambas as matéria e o outro ficou com nota acima da média em língua portuguesa (53,8%) e com nota baixa em matemática, com 5 acertos de 26 questões, o que corresponde a 19,2%.

A tabela 6 a seguir apresenta a caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram o Enem- 3º ano do E.M, no município, em 2007.

Tabela 6:

Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram a prova no 3º ano do ensino médio - 2007

Aluno	Tipo de NEE	Gênero	Raça	Idade	Desempenho	
					Questões objetivas	Redação
1	Síndrome de Down	F	Preta	21	31	Entregou em branco
2	Surdez	F	Branca	19	16	60%
3	Surdez	F	Parda	21	16	Entregou em branco
4	Surdez	F	Parda	19	43	45%
5	Surdez	F	Parda	21	24	38,10%
6	Surdez	F	Branca	19	19	30,16%
7	Surdez	M	Branca	23	12	19,05%
8	Surdez	F	Branca	18	27	42,86%
9	Surdez	F	Branca	19	19	30,16%
10	Surdez	M	Branca	21	20	21,75%

Fonte: MEC/INEP. Microdados (2007)

De um total de 13 alunos com NEE no 3º ano do ensino médio, no município de Londrina no ano de 2007, 10 realizaram o Enem, o que representa a grande maioria, 77% do total. Destes 10 alunos com prova, 9 possuem a NEE: surdez e 1 possui a NEE: síndrome de down.

Com relação ao gênero ao contrário dos demais anos (4ª e 8ª série) é notória a maior incidência de estudantes do sexo feminino (80%), do que do sexo masculino (20%), demonstrado assim, que a grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais que estão próximos de concluir o ensino médio são do sexo feminino.

No quesito raça, assim como nas outras etapas de ensino, nota-se uma maior incidência da raça branca, com 60% do total de alunos que fizeram a prova, na sequência com 40% encontra-se a raça preta e parda.

Ao analisar a idade, percebe-se que nenhum destes alunos encontra-se em idade regular, de 17 anos. Há alunos com defasagem de 1 até 6 anos idade-série. 50% dos alunos que fizeram a prova tem idade de 18 e 19 anos e a outra metade tem idade de 21 e 23 anos.

O desempenho destes estudantes na avaliação em larga escala-Enem (2007) se dá, por meio de 63 questões objetivas e uma redação, com valor máximo de 100%. Apenas uma aluna que fez o Enem no ano de 2007 conseguiu atingir a média nas questões, 3 dos 10 alunos fizeram mais de 40% da prova, 4 fizeram mais do que 30% da prova e 3 tiraram nota inferior a 25% na prova objetiva. Os melhores desempenhos foram de uma aluna com surdez, que realizou 68,2% da prova e de um aluno com síndrome de down, que fez 31 questões de um total de 63 questões objetivas, o que corresponde a 49,21% de acertos na prova.

Com relação a nota da redação, dois destes 10 alunos (20%) entregaram a prova em branco, apenas um aluno com surdez tirou nota acima da média (60% da prova). O restante dos alunos (70%) tiraram notas que variam de 19,05% até 45% da prova.

Considerações finais

Cabe evidenciar que os dados da Prova Brasil e Enem do município de Londrina (PR) no ano de 2007 apresentados indicam que o número de matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais é muito superior ao número de alunos que realizam a avaliação em larga escala, o que vem reforçar o indicativo de que a inclusão escolar encontra-se distante de se materializar, já que ainda a sociedade encontra-se imersa a lógica ambígua de um discurso que não condiz com a real prática inclusiva.

Referências

BAUER, A. Usos dos resultados das avaliações de sistemas educacionais: iniciativas em curso em países da América. **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 91, n. 228, p. 315-344, maio/ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação**: Prova Brasil: ensino fundamental: matriz de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Exame Nacional do Ensino Médio**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>> Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** (MEC/ Inep). Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/>> Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Prova Brasil**. Disponível em: <<http://provaBrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Índice de desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://portalideb.inep.gov.br/>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo Escolar da Educação Básica** - 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asc>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Prova Brasil** - 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asc>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. **Enem** - 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asc>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

JANNUZI, P. M. Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea/ PUC- Campinas, 2006.

SASS, O. e MINHOTO, M. A. P. Indicadores e educação no Brasil: a avaliação como tecnologia. **Revista de Teoria Crítica**. v. 2, p. 232-252, 2011.

ZANARDINI, J. B. **Ontologia e avaliação da Educação Básica no Brasil (1990-2007)**. 2008. 209f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de pós-graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Correspondência

Mariana Cesar Verçosa Silva – Mario de Andrade, n. 95. Jd. Universitário. CEP: 86050-670, Londrina, Paraná.

E-mail: nana_vercosa@hotmail.com – spmeletti@uol.com.br

Recebido em 24 de julho de 2012

Aprovado em 24 de setembro de 2012